

Balanço Mensal

Março/2026



Proposições apresentadas e principais tramitações



Propostas apresentadas e principais tramitações

CÂMARA DOS DEPUTADOS



OBRIGATORIEDADE DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS EM EDIFÍCIOS

O Projeto de Lei 6125/2013, de autoria do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC), nos termos do Deputado Lucas Redecker (PSDB/RS). A proposta trata da obrigatoriedade de conservação e manutenção de elevadores elétricos, esteiras e escadas rolantes instalados em edifícios de uso habitacional coletivo, comercial e de serviços públicos ou privados. Não havendo recurso para resolução em plenário, a proposta aguardará a elaboração de Redação Final para posterior resolução e encaminhamento ao Senado Federal.

ESPECIALIZAÇÃO DE ENGENHEIROS E ARQUITETOS EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1363/2026, de autoria do deputado Eduardo Velloso (União/AC), que altera o Art. 3º da Lei nº 7.410, de 27 de novembro de 1985, dispondo sobre a Especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho. Especificamente, o texto versa sobre o registro dos profissionais do setor químico especializados em Segurança do Trabalho em seus Conselhos Regionais, buscando eliminar o vácuo para os profissionais especializados. O Projeto aguarda despacho pela presidência da Casa.



REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE AGENTE DE SANEAMENTO

Apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1329/2026, de autoria da deputada Laura Carneiro (PSD/RJ). A proposta regulamenta a profissão de agente de saneamento, estabelecendo a definição da atividade e as prerrogativas funcionais do agente regulado. O Projeto aguarda despacho pela presidência da Casa.

REGULAMENTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE RECARGA DE VEÍCULOS ELÉTRICOS NO TERRITÓRIO NACIONAL

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1300/2026, que dispõe sobre a regulamentação da infraestrutura de recarga de veículos elétricos no território nacional. De autoria do deputado Sidney Leite (PSD/AM), o texto estabelece normas gerais para instalação, operação, padronização e acesso à infraestrutura de recarga de veículos elétricos no território, visando a padronização tecnológica, transparência na prestação do serviço e integração com o sistema elétrico nacional. A proposta aguarda despacho pela Mesa da Casa.

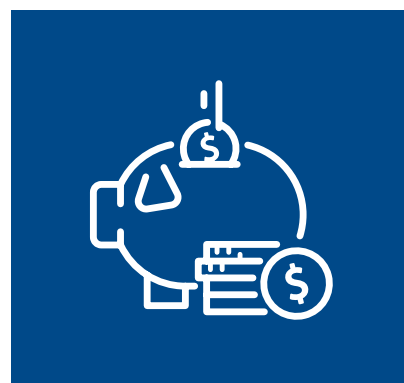


PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO CONDOMINIAL (PNCC)

O deputado Toninho Wandscheer (PP/PR) foi designado relator do Projeto de Lei 5409/2025, que institui o Programa Nacional de Crédito Condominial (PNCC), na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU). A proposta institui o PNCC, destinado a facilitar o acesso ao crédito para condomínios e financiar obras de preservação do patrimônio imobiliário e ao cumprimento das obrigações legais. O Projeto aguarda a apresentação do parecer do relator em sua primeira Comissão de mérito.

CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS A PROJETOS VOLTADOS AO MAPEAMENTO, MONITORAMENTO E MITIGAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO DE DESASTRES

Apresentado o Projeto de Lei 1232/2026, pelo deputado Pedro Aihara (PRD/MG), instituindo mecanismos de incentivo fiscal com a finalidade de fomentar Projetos de mapeamento, monitoramento e mitigação de áreas de risco de desastres naturais, visando à prevenção e à redução de danos humanos, sociais, ambientais e econômicos. A proposta aguarda despacho pela presidência da Câmara dos Deputados.

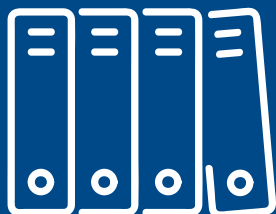


INSPEÇÃO ACREDITADA DE EMPREENDIMENTOS DE INFRAESTRUTURA NO ÂMBITO DE OBRAS PÚBLICAS

A Comissão de Administração e Serviço Público (Casp) aprovou o parecer ao Projeto de Lei 2372/2024, nos termos do substitutivo apresentado pelo deputado Reimont (PT/RJ). A proposta disciplina o uso da inspeção acreditada no âmbito de obras públicas e concessões de serviços públicos, inclusive parcerias público-privadas (PPS), com o objetivo de conferir maior qualidade técnica, segurança jurídica e transparência na implantação e na operação de empreendimentos de infraestrutura. Após a deliberação na Casp, a matéria será encaminhada à Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

Propostas apresentadas e principais tramitações

SENADO FEDERAL

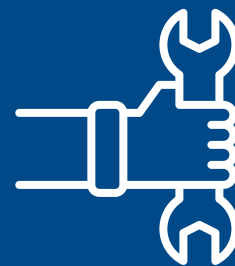


PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

O Senado Federal aprovou no dia 25 de março o Projeto de Lei que estabelece o Plano Nacional de Educação para o próximo decênio. De autoria do Poder Executivo, o PL 2614/2024 foi primeiramente apreciado pela Comissão de Educação (CE) e aprovado nos termos da senadora Teresa Leitão (PT/PE). Deliberada a Redação Final, a matéria será encaminhada à sanção presidencial.

RESPONSABILIDADE DO EMPREITEIRO E A GARANTIA NOS CONTRATOS

Encaminhado ao Senado Federal o Projeto de Lei 1342/2026, que altera o Código Civil para dispor sobre a responsabilidade do empreiteiro e a garantia nos contratos de empreitada de materiais e execução. O texto aguarda despacho pela presidência da Casa.



DESTINAÇÃO DE RECEITAS ARRECADADAS PELOS CONSELHOS REGIONAIS DE ENGENHARIA E AGRONOMIA

Remetido ao Senado Federal o Projeto de Lei 617/2019, de autoria do deputado Luiz Nishimori (PL/PR), que modifica a destinação de receitas arrecadadas pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia. A proposta aguarda despacho pela presidência da Casa. Com a atuação do Confea, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) da Câmara aprovou a Redação Final do PL, nos termos do deputado Zé Trovão (PL/SC), no início dos trabalhos deliberativos de 2026.



MAPEAMENTO GEORREFERENCIADO DAS PROPRIEDADES RURAIS

Recebido pelo Senado Federal o Projeto de Lei 2898/2021, de autoria do deputado federal Evair de Melo (PP/ES), para incluir na Lei 6.538/78 artigo com intuito de reconhecer o direito de designação de um código de georreferenciamento para fins de identificação e localização das propriedades rurais e agroindustriais. Na Câmara dos Deputados, a proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) nos termos do deputado Paulo Bilynskyj (PL/SP). O Projeto aguarda despacho pela Mesa do Senado.





ISENÇÃO ÀS PESSOAS IDOSAS DO PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES AOS CONSELHOS

O senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS) foi designado relator do Projeto de Lei 4926/2023 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que visa isentar as pessoas idosas do pagamento de contribuições aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional. A proposta já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

SELO DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA SOLIDÁRIA

Após aprovação pelo Plenário do Senado Federal, a Redação Final do Projeto de Lei 4553/2023 foi encaminhada à sanção. De autoria do deputado Túlio Gadelha (Rede/PE), a proposta cria o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária para reconhecer empresas e profissionais da construção civil que realizem ou financiem Projetos em benefício de comunidades carentes e grupos de baixa renda. Em 11/03 foi remetido ofício ao primeiro-secretário da Câmara dos Deputados comunicando que o Projeto foi encaminhado à Presidência da República.



REALIZAÇÃO PERIÓDICA DE INSPEÇÕES PREDIAIS ÉLITE

Relatado pelo senador Jorge Seif (PL/SC), o Projeto de Lei 159/2026 consiste na exigência da realização de inspeções prediais periódicas e na criação do Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (Lite). Posteriormente à deliberação na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), a matéria será encaminhada ao Plenário.

APAR

Assessoria Parlamentar